

OS DISCURSOS SOBRE A OBESIDADE: UM IMPERATIVO DE SAÚDE RELACIONADO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA

Jeferson Roberto Rojo*

Universidade Estadual de Maringá

jeferson.rojo@hotmail.com

Marcos Antonio dos Santos*

Universidade Estadual de Maringá

santosffe@gmail.com

Envio original: 28-04-2020. Revisões requeridas: 24-07-2020. Aceitar: 31-08-2020. Publicado: 21-05-2021.

Resumo

A obesidade e a saúde são temas que geram conflitos dentro do campo da Educação Física brasileira. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre o conceito de saúde e abordar a obesidade como um dos imperativos alinhados a ele, bem como verificar como o tema da obesidade vem sendo abordado por diversos setores da sociedade brasileira, inclusive nos programas governamentais. Para isso, apropriou-se de fontes de pesquisa documental e bibliográficas, as quais se constituem no formato de peças publicitárias, documentos oficiais, sites oficiais e a literatura acadêmica da área. Diante dos achados da pesquisa, considera-se relevante o ponderamento em ambos os lados do discurso sobre saúde e obesidade.

Palavras-chave: Educação Física, Corpo, Obesidade, Saúde.

Los discursos sobre la obesidad: un imperativo de salud relacionado con la educación física

Resumen

La obesidad y la salud son temas que generan conflictos en el campo de la educación física brasileña. En vista de esto, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el concepto de salud y abordar la obesidad como uno de los imperativos alineados con ella, así como verificar cómo el tema de la obesidad ha sido abordado por varios sectores de la sociedad brasileña, incluso en programas gobierno. Con este fin, se apropió de fuentes de investigación documental y bibliográfica, en forma de piezas publicitarias, documentos oficiales, sitios web oficiales y la literatura académica del área. En los resultados de la investigación, se considera importante tener en cuenta en ambos lados del discurso sobre la salud y la obesidad.

Palabras clave: educación física, cuerpo, obesidad, salud.

Discourses on obesity: a health imperative related to physical education

Abstract

Obesity and health are themes that generate conflicts within the field of Brazilian Physical Education. In view of this, this article aims to reflect on the concept of health and address obesity as one of the imperatives aligned with it, as well as to verify how the topic of obesity has been addressed by several sectors of Brazilian society, including in programs government. To this end, it appropriated sources of documentary and bibliographic research, which are in the form of advertising pieces, official

documents, official websites and the academic literature of the area. In view of the research findings, it is considered relevant to consider both sides of the discourse on health and obesity.

Keywords: Physical Education, Body, Obesity, Health.

Introdução

A obesidade é uma temática estreitamente ligada ao campo da Educação Física brasileira. Entretanto, assim como em outros objetos de pesquisa e conhecimentos da área, encontramos na obesidade diversos pontos que podem ser problematizados. De fato, a abordagem do tema deve ser cautelosa, pois assim como em qualquer outro espaço social de disputas, os saberes podem e são polemizados pelas extremidades das formas de transmissão e produção do conhecimento.

Podemos perceber que dentro do campo da Educação Física brasileira¹, os dados levantados sobre as principais revistas da área, as publicações em língua portuguesa sugerem uma predominância dos estudos pedagógicos e socioculturais (Decian *et al*, 2017). Porém, estudos que voltaram para outros aspectos e contextos do fazer ciência em Educação Física, apontaram para uma superioridade das áreas da biodinâmica (Manuel; Carvalho, 2011; Rosa; Leta, 2011). Sendo que é observado nessa área o aumento de estudos e grupos de pesquisa voltados a estudos da saúde (Nahas; Garcia, 2010), em que, também se encontram estudos sobre a obesidade.

A ideia de expor rapidamente esse parâmetro do campo científico de disputas da Educação Física brasileira, não é de centralizar nossas reflexões acerca do fazer ciência em Educação Física no Brasil, nem discutir as relações políticas e sociais por trás desse contexto. Contudo, essa exposição reflete a heterogeneidade do campo e isso, pode e, se configura como um espaço de disputa. Esse cenário é observado por Palma e seus colaboradores (2012; 2014), um estudo em que os autores criticam o discurso da saúde em que se trata a obesidade como uma doença, a qual se intensifica a ideia de referir-se a uma epidemia mundial e outro em que analisam o conflito de interesse no mercado alimentício.

Diante do contexto anteriormente apresentado, o presente artigo tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre o conceito de saúde e abordar a obesidade como um dos imperativos alinhados a ele, bem como verificar como o tema da obesidade vem sendo abordado por diversos setores da sociedade brasileira, inclusive nos programas governamentais.

¹É importante salientar que o objetivo de utilizar a nacionalidade brasileira posteriormente a Educação Física se constitui em demarcar que a discussão realizada no presente documento se reserva a realidade desse país. Uma vez que as realidades de formas de observar as temáticas em outras regiões do mundo podem ser diferentes.

Obesidade e a Educação Física

Para iniciar as discussões sobre a temática é relevante apresentar dados que justificam abordar o tema da obesidade e suas relações com a Educação Física brasileira. De acordo com o McKinsey Global Institute (2014), naquele ano aproximadamente um terço da população mundial estava como sobrepeso ou obesidade. Em adição, a obesidade é considerada pela Organização Mundial da Saúde como uma epidemia, sendo ela relacionada ao surgimento de doenças como diabetes, câncer e doenças cardíacas (Medeiros; Possas; Valadão Júnior, 2018)

Em decorrência desses problemas, dados apontam que 2,8 milhões de mortes anuais são ocasionadas pelo excesso de peso no mundo. Isso representa que a maior parte da população mundial reside em países que a obesidade mata mais que outras doenças (Medeiros; Possas; Valadão Júnior, 2018).

Não obstante os problemas decorrentes da obesidade são sentidos mais frequentemente pela população dos menores estratos sociais (Mariano; Monteiro; Paula, 2013). Além dos problemas a saúde física, a obesidade também é apontada como alvo de atos discriminatórios contra as pessoas obesas (Puhl; Brownell, 2001; Kubota, 2014).

O tema da obesidade vem sendo trabalhado no campo acadêmico da Educação Física sobre várias vertentes. Entre os caminhos adotados pelos pesquisadores da área para abordar a obesidade, encontra-se como a obesidade infantil e suas implicações ao contexto escolar (Silva; Guimarães, 2018; Vieira, 2016; Fernandes; Penha; Braga, 2012). Nesse sentido, a publicação de Araújo, Brito e Silva (2010), propõe uma discussão acerca do papel da Educação Física escolar diante da epidemia da obesidade. Já Santos, Carvalho e Garcia Júnior (2007), discutem as possibilidades da utilização da Educação Física de forma preventiva ao problema da obesidade. Outro ponto explorado pelos estudiosos, é em relação a prática da atividade física pela população obesa (Celestrino; Costa, 2006; Reis, 2009).

Por um outro lado, há os pesquisadores que, pautados nas ciências humanas e sociais, discorrem sobre o fenômeno sob uma lente diferente. Elencam as discussões acerca da imagem corporal (Conti, 2008). O trabalho de Mattos e Luz (2009), a partir dessa vertente, discutem os estigmas criados decorrentes da obesidade e como isso afeta na vida dos jovens obesos.

Ainda nesta perspectiva, encontra-se os estudos que procuram discutir como a obesidade se torna um problema de saúde a partir dos discursos proferidos. Como é o caso do artigo publicado por Santolin e Rigo (2015), em que problematizam a origem do discurso patológico da obesidade. Nesse sentido, colocando em pauta os riscos de assumir um discurso patológico da obesidade, encontra-se os

textos de Palma et al (2012) e de Gomes (2006) versando sobre os riscos e complicações nos indivíduos obesos e sua busca pelo corpo saudável.

Como pode-se observar, assim como o campo da Educação Física, as análises e estudos realizados sobre o fenômeno da obesidade, também são diversificados. Nessa perspectiva, se justifica a intensão de analisar os diferentes discursos sobre a temática na área. Para isso a proposta do presente artigo não repousa em uma amostra populacional em específico. As discussões aqui realizadas partem do pressuposto de que haja minimamente duas vertentes de discussões sobre o tema obesidade dentro da Educação Física brasileira, por muitas vezes, como anteriormente citado, também atuando em oposição uma à outra. Por um lado, uma vertente que trabalha com a temática por meio das lentes relacionadas a atividade física e saúde, bem como olhando o corpo obeso como um problema de saúde. Por outro lado, um olhar para o tema a partir das análises críticas das áreas das ciências humanas, muitas vezes criticando o olhar patológico da obesidade.

Métodos

Para atingir os pontos elencados para esse texto, serão utilizadas algumas ferramentas de pesquisa para construir o método adotado para o estudo. As fontes serão oriundas de pesquisa documental e bibliográfica.

Como documentos apropriou-se de vídeos de propagandas comerciais relacionadas ao tema dos padrões corporais. Estes por sua vez, foram buscados com o descritor “Publicidade obesidade” na plataforma áudio visual *YouTube*. As peças publicitárias incorporadas no presente estudo foram selecionadas de forma intencional pelos pesquisadores, após a visualização e verificação de proximidade com o tema abordado.

As buscas foram realizadas durante o mês de junho de 2018. A seleção intencional das peças publicitária se justifica ao buscar exemplares das diferentes formas que o tema da obesidade é tratado pela sociedade brasileira. Sendo assim, os vídeos são analisados a partir da narrativa e intenção de impacto buscado pelo discurso dos seus produtores e idealizadores.

Outra fonte de dados para as discussões aqui realizadas, trata-se de documentos governamentais dos programas realizados em nível federal. Para tanto, foram buscados nos endereços eletrônicos do governo federal programas relacionados a atividade física que tinha relações com obesidade e saúde.

As buscas dos programas governamentais ocorreram entre os meses de junho e setembro de 2018. As buscas foram realizadas no endereço eletrônico do Ministério da Saúde do Brasil, onde foram selecionados os programas que continham a participação de profissionais da Educação Física para a sua implementação. Isso em decorrência da prática da atividade física em seus planejamentos.

A bibliografia foi utilizada para dialogar e construir o corpus de fonte das reflexões que serão apresentadas nesse texto. As buscas foram por meio eletrônico utilizando os descritores “obesidade” AND “Educação Física”. Os textos selecionados para as análises do artigo foram incorporados intencionalmente pelos autores.

Resultados e discussões

Para a exposição dos resultados optou-se por dividir o texto em três subtópicos. Em um primeiro momento será apresentado o conceito de saúde adotado pelos órgãos nacionais e a representação global da área. Posteriormente será apresentado exemplos de como as peças publicitárias expõe o tema da obesidade em seus produtos. E por fim, apresentar-se-á os programas governamentais brasileiros que abordam o tema da obesidade e a atividade física.

Saúde e seus imperativos

A(s) concepção(ões) de saúde tem se tornado, cada vez mais, foco de discussão em diversos setores da sociedade - seja no campo de políticas públicas, em produções científicas, ou até mesmo no senso comum da população. A preocupação com essa categoria, deu-se com maior ênfase em 1948, quando a Organização Mundial da Saúde cunhou a ideia de saúde como “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946). Embora criticada pelo seu ideal utópico e generalista, a concepção de saúde da OMS desde então veio tornando base de várias outras medidas tomadas pelos países. Além disso, em 1998 a OMS, também definiu recomendação do Índice de Massa Corporal (IMC) para o diagnóstico de obesidade, entendendo que o acúmulo de massa adiposa é uma epidemia global (OMS, 1998).

No Brasil, a esfera da saúde teve destaque com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que apresentou como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988). Este documento, construído dentro do processo de reforma sanitária, balizou a formulação do Sistema Único de Saúde em 1990, que objetivava “o reordenamento dos serviços e ações de saúde” (Brasil, 1990). O novo sistema, assume a ampliação do conceito de saúde, ao compreender que:

a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes o **meio físico** (condições geográficas, água, alimentação, habitação, etc.); o **meio sócio-econômico** e cultura (ocupação renda, educação, etc.); os fatores biológicos

(idade, sexo, herança genética, etc.); e a **oportunidade de acesso aos serviços que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde** (BRASIL, 1990, p. 4, grifos dos autores).

Nesse contexto que saúde passou a ser âmbito de muitos campos profissionais e áreas de conhecimento. Na educação física, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 1998 a enquadrando na grande área da saúde, junto a outras treze profissões, a exemplo da enfermagem, medicina, odontologia e nutrição, reforçando assim, o interesse em focar na formação desses profissionais na área da saúde. É importante ressaltar, que nesses meios interventivos, em sua maioria apresenta a atividade física como meio de prevenção e promoção da saúde, assim como evidenciado pelo levantamento realizado por Malta et al (2008) de medidas governamentais que envolvem atividade física e promoção da saúde.

Percebe-se que as categorias “saúde” e, secundariamente, “obesidade” (classificada pelo Ministério da Saúde como doença), estão vinculadas aos aspectos da atividade física. Esse fato, reforça um fato acadêmico-científico e interventivo, da bipolarização na educação física, que a divide em duas áreas principais: a) área de publicações científicas, disciplinas acadêmicas e campo interventivo voltados para Ciências da Saúde (base na biologia), que vinculam saúde e atividade física à fatores – predominantemente - fisiológicos, anatômicos e biomecânicos; b) área de publicações científicas, disciplinas acadêmicas e campo interventivo voltados para Ciências Humanas (base na sociologia, filosofia, antropologia) que relacionam a saúde e atividade física às questões culturais, sociais, políticas e históricas.

No que tange às pesquisas de caráter biológicos, são consideradas por Bracht (1999) e Silva (1990) predominantes no campo científico da educação física. Os autores ressaltam a fragmentação na área no que diz respeito à concepção de ciência (Bracht, 1999), e ao número publicações (Silva, 1990). Ludorf (2002) indica que na década de 1980, o maior número de publicações de pesquisas era de cunho quantitativo, nas quais prevaleciam o caráter técnico e biológico. Vale ressaltar, que há um processo histórico herdado pela área, o qual a origem da educação física no Brasil, era pautada na visão médica higienista – corpo biológico (Soares, 2004).

Entretanto, algumas pesquisas já evidenciaram a possibilidade de discutir saúde a partir de perspectivas humanistas (Fraga; Carvalho; Gomes, 2013; Rigo; Santolin, 2012; Alves; Carvalho, 2010). Dessa forma, nas reflexões propostas nessa pesquisa almeja um olhar cultural para saúde, obesidade e suas relações com a educação física, ao compreender os imperativos morais existentes no contexto situado.

Nesta lógica, é possível constatar, na sociedade hodierna, a construção de imperativos morais, que incitam o autocuidado e a preocupação com a saúde. Wiltshire, Fullagar, Stevinson (2018), ressaltam que os imperativos de saúde é uma ferramenta neoliberal, ao difundir a ideia de que as

doenças crônicas ameaçam a vida individual. As medidas tomadas, incitadas pelo governo, geram sensação de pânico e ações devem ser tomadas agora. No âmbito da educação física brasileira, Alves e Carvalho (2010, p. 229), iniciam as reflexões do seu artigo fazendo referência à frase “Atividade física produz saúde!”, sobre as consequências dessas ideias imperativas, os autores reiteram:

O ônus desta atração persuasiva, nos afeta bem mais do que se pode supor. A violência simbólica escondida nos traços desta aproximação (atividade física e saúde) pode até não impressionar tal como afeta a visão repugnante de uma agressão física explícita, mas deixa marcas que se inscrevem silenciosas em todas as dimensões de nossa existência (p. 230).

Assim sendo, sugere-se nesse artigo, análises sociológicas sobre imperativos de saúde relacionados à obesidade e alimentação, para tal, apresentar-se-á exemplos do cotidiano para instigar o debate dessa categoria.

A obesidade sob o olhar das diferentes peças publicitárias

Nesse momento, após compreender os diferentes olhares para o conceito de saúde e os imperativos ligados a ela, será discutido como a obesidade, um desses imperativos, tem sido abordada por alguns setores da sociedade. Para atender a esse objetivo, apropriou-se de algumas peças publicitárias que utilizam a imagem corporal como linguagem para vender e propagar alguns discursos.

Evidentemente, que estão disponíveis na rede mundial de computadores um número considerável de peças publicitárias que abordam a temática da obesidade, ou usam o padrão/imagem corporal como forma de propagar algum discurso. Todavia, selecionou-se apenas 4 para analisar os seus objetivos.

Em um primeiro momento apresenta-se dois vídeos que trazem a imagem corporal com a ideia de expor o discurso da aceitação e diminuir o preconceito em relação aos diferentes corpos. A propaganda de uma marca de cuecas utiliza diferentes atores, sendo esses com perfis corporais distintos, ao incluir um indivíduo com padrão de corpo visualmente acima do peso, com a proposta de explicitar a ideia de aceitação dos diferentes corpos (Cuecas Mash, 2018). Também, no universo do sexo feminino, a propaganda da marca de produtos cosméticos traz em seu vídeo um relato de história de vida de uma jovem mulher que tem um corpo considerado pelos padrões de medida acima do peso. O vídeo objetiva-se em revelar os casos de preconceito, ao buscar inserir o discurso da aceitação daquele perfil corporal (Dove Brasil, 2016).

Para esses exemplos, pode-se observar no seguinte discurso de Fellipe (2003, p. 2), que...

A obesidade, enquanto estigmatizadora, produz discriminação, preconceito e exclusão social. Ouvir esses sujeitos é abrir uma escuta ao que está sendo dito e sentido, para possibilitar a ruptura de uma situação dada, que pode ser transformada no momento em que é discutida, socializada, polemizada e politizada.

Observa-se que essas peças publicitárias busca, assim como sugere Fellipe (2003), ampliar as discussões sobre os padrões corporais tentando minimizar ou transformar o cenário de preconceito existente. Entretanto, há um outro lado da moeda. As próximas propagandas expõem uma discussão mais voltadas a “boa” imagem corporal e a saúde.

Primeiro, uma peça produzida pela empresa do ramo da saúde em que discute sobre os hábitos alimentares e a permissividade dos pais em relação a má alimentação das crianças. O que segundo o vídeo, sugere que tal fato é o ocasionador da obesidade e conseqüentemente de diversas doenças (Amil Saúde, 2016).

Essa ideia é fundamentada nos diferentes discursos produzidos pelo campo científico, em relação a visão de obesidade e doença. Como podemos observar nas palavras de Tavares e seus colaboradores (2010, p. 359-360), aos quais afirmam que...

A obesidade tornou-se problema de saúde pública, uma vez que as conseqüências para a saúde são muitas e variam do risco aumentado de morte prematura a graves doenças não letais, mas debilitantes, que afetam diretamente a qualidade de vida.

Para além da associação do corpo acima do peso a uma má saúde, observa-se também, uma segunda peça publicitária que evoca do corpo obeso como forma de vender os serviços da atividade física e o exercício físico como busca pelo corpo “ideal”. É o que faz o comercial de uma academia, onde um indivíduo com perfil corporal acima do peso aparece dançando, e a locução e a *jingle*, versam dizeres sobre a sua condição corporal referindo de forma “cômica” que não é o ideal para uma pessoa ser daquele perfil (Unique Academia, 2010).

Programas governamentais

Nesse momento, embasado na conjuntura brasileira, ao passo que o Estado possui grande influência na vida da sociedade, será explorar as atividades governamentais, em nível federal, as quais se relacionam com os aspectos da saúde e com algumas interlocuções com a educação física enquanto área de atuação profissional. Nesse sentido, será apresentado como funciona o sistema público de saúde e alguns programas relacionados.

Primordialmente, é relevante lembrar que a constituição federal determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tendo ciência disso, em 1990 foi criada a Lei Orgânica da Saúde de Nº 8.080, de 19 de setembro 1990. Prestando atendimento desde uma simples aferição da pressão arterial até um transplante de órgão, proporcionando acesso integral e gratuito para todos os brasileiros (Silva, 2011).

Para Vasconcelos (2006), anteriormente à lei não eram todas as pessoas que tinham direito a saúde pública, aproximadamente 30 milhões de brasileiros usufruíam desse direito nos hospitais públicos, para isso necessitavam ser trabalhadores vinculados à previdência social, o restante da população brasileira dependia do atendimento realizado por entidades filantrópicas

A partir dessa lei ficou definido que a saúde é um direito universal ao sistema público de saúde, sendo assim todos os brasileiros têm direito, e que saúde não é apenas a ausência de doenças, considerando, sobretudo que o indivíduo deve ter qualidade de vida decorrente de outras políticas públicas que promovam a redução de desigualdades regionais e promovam desenvolvimento econômico e social (Vasconcelos, 2006).

Todo esse sistema foi, teoricamente, pensado para funcionar a partir do Cartão Nacional de Saúde (CNS). Um documento que reúne as informações necessárias para realizar e agilizar o atendimento (Hexsel; Urban; Barros, 2002; Cunha, 2002; Martins, 2009).

Um importante programa governamental relacionado ao aspecto da atividade física e questões corporais é o Academia da Saúde. Guedes (2011), cita que o programa Academia da Saúde foi criado em 2011 com o objetivo de alcançar todos os municípios brasileiros e proporcionar práticas corporais e atividades físicas, orientação para uma alimentação saudável, educação em saúde, entre outras.

O programa é composto por polos de academia da saúde em espaços públicos, onde se tem uma excelente infraestrutura, equipamentos, profissionais competentes e qualificados em suas áreas de atendimento (Amorim et al 2013). Segundo Sá et al (2016), os polos contam com profissionais especializados em educação física, nutrição, assistência social, administração, tudo para proporcionar aos cidadãos brasileiros qualidade de vida, bem-estar social dentre outras orientações e serviços de saúde.

O Ministério da Saúde (2013), estabelece uma meta por meio do Plano Plurianual de 2016 – 2019, ao qual contará com aproximadamente 3.500 pólos do programa, com ênfase a atingir todas as cidades brasileiras. Atualmente, existem cerca de 2.900 municípios beneficiados pelo programa.

Outro programa foi criado em 2007, com o objetivo de proporcionar políticas de saúde e educação para todos os alunos da rede pública do país, denominado como “Programa Saúde na Escola”. O Programa adota uma metodologia chamada GTIs, Grupos de trabalhos Inter Setoriais,

envolvendo desde a sociedade civil até profissionais especialistas da área de saúde, educação, lazer e esporte, de forma que atendam todas as necessidades locais (Figueiredo; Machado; Abreu, 2010).

A partir de 2013, todos os Municípios do País estão aptos a participar do Programa Saúde na Escola. Podem participar todas as equipes de Atenção Básica e as ações foram expandidas para as creches e pré-escolas, assim todos os níveis de ensino passam a fazer parte do Programa (Brasil, 2013).

Com o nome de Estratégia da Família, um programa utiliza de uma metodologia por intermédio de equipes multiprofissionais para desenvolver suas atividades, equipes essas que tem uma aproximação maior com os usuários, conhecendo todos e podendo visualizar a realidade do dia a dia, tendo contato com a família e vizinhos (Brasil, 2011).

Ao usufruir dessa proximidade, a equipe consegue fazer com que os usuários tenham uma maior adesão aos tratamentos e às intervenções impostas. Todos os profissionais sejam eles: médicos, dentistas, psicólogos, nutricionistas, enfermeiros, técnico sem enfermagem, agentes comunitários de saúde, entre outros, conseguem disponibilizar um trabalho integral e constante à sociedade (Araujo; Rocha, 2007).

Para Escorel (2007), um dos papéis de maior destaque entre esses profissionais da equipe de saúde, pode-se destacar os agentes comunitários de saúde, os quais estão diretamente relacionados com os usuários todos os dias, realizando visitas, triagem, agendamentos, para que posteriormente o restante da equipe consiga desenvolver seu trabalho já tendo conhecimento dos casos.

Cada agente comunitário de saúde pode atender no máximo 750 pessoas e uma equipe pode ser composta por no máximo 12 agentes comunitários de saúde, totalizando 4.000 usuários atendidos por equipe de saúde da família (Brasil, 2011).

Como observado nos programas governamentais, todos preveem uma atuação do profissional da Educação Física, seja ela diretamente, como é o caso da Academia da Saúde, ou como componente de uma equipe multidisciplinar. Vale lembrar que as ações são todas objetivadas em usar os exercícios físicos, ou o movimentar humano, como forma de busca por uma vida saudável, fato que corrobora com o discurso evidente da atividade física voltada a saúde encontrado na Educação Física brasileira, e que de alguma forma é incorporado pelos discursos populares (Rojó; Starepravo; Moraes e Silva, 2018).

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo tecer algumas reflexões sobre o conceito de saúde e analisar a obesidade com um dos imperativos alinhados a ele. Além disso, o texto se propôs a verificar

como a obesidade vem sendo abordada por diversos setores da sociedade brasileira, e discorrer sobre os programas governamentais que se associam a ela. Nesse sentido, é importante considerar as dinâmicas dos discursos que giram no entorno do conceito de saúde e que permeiam o campo da Educação Física brasileira.

Evidenciou-se que a discussão sobre a obesidade e saúde tem posições distintas e conflituosas. Por um lado, os discursos acadêmicos, que orientam os programas governamentais, que prezam por uma atividade física em prol da a saúde, isso aliado a uma redução do peso e medidas corporais.

Por outro, mais influenciado pelas ciências humanas, tem-se um discurso dos imperativos da saúde em que, dentro das relações, procura atender as condições humanas e sociais para além das questões médicas, em que buscam a propagação de uma amenização dos preconceitos e aceitações dos diferentes padrões corporais. Fato que é evidenciado em algumas peças publicitárias.

Diante do contexto discutido no presente artigo, considera-se relevante a busca pelo ponderamento em ambos os lados do discurso sobre saúde e obesidade. Uma vez que discriminação e exclusão social de corpos fora do “padrão” considerável ideal são ações prejudiciais a vida humana. Assim como, a negativa de problemas relacionados a alto índice de mortalidade decorrentes dos níveis de sedentarismo e obesidade podem sim serem ocasionador de mortes da população.

Evidentemente as discussões sobre a temática não se encerram por aqui. Justamente o oposto, o referido manuscrito busca de forma inicial atentar para as pesquisas sobre a temática buscando agregar as reflexões sobre os diferentes olhares que um objeto pode ter. Nesse sentido, evidenciam que as pesquisas de ambas as vertentes precisam considerar que a obesidade traz vários riscos a saúde, assim como, é fator de preconceito e crimes de ódios por parte de discursos da população.

Referências

ALVES, F.S.; CARVALHO, M.Y (2010). Práticas corporais e grande saúde: um encontro possível. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 229-244.

AMORIM, Tales et al. Descrição dos programas municipais de promoção da atividade física financiados pelo Ministério da Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 18, n. 1, p. 63-74, 2013.

ARAÚJO, M. B. S.; ROCHA, P. M. (2007). Trabalho em equipe: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família. **Ciência & saúde coletiva**, v. 12, p. 455-464.

ARAÚJO, R. A; BRITO, A. K. A.; DA SILVA, F. M (2010). O papel da educação física escolar diante da epidemia da obesidade em crianças e adolescentes. **Educação Física em Revista**, v. 4, n. 2.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. Disponível em http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php?conteudo=quem_pode_participar

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução do Conselho Nacional de Saúde, n. 287, Brasília, 1998.

BRASIL (1990). Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. ABC do SUS – Doutrinas e princípios. Brasília.

BRASIL (2006). *Ministério da Saúde*. Secretaria Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção a Saúde**. Brasília.

BRASIL (2011). Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, n. 204.

CELESTRINO, J. O.; DOS SANTOS COSTA, A. (2010). A prática de atividade física entre escolares com sobrepeso e obesidade. **Revista mackenzie de educação física e esporte**, v. 5, n. 3.

CONTI, M. A. (2008). Os aspectos que compõem o conceito de imagem corporal pela ótica do adolescente. **Journal of Human Growth and Development**, v. 18, n. 3, p. 240-253.

CUNHA, R. E. (2002). Cartão Nacional de Saúde: os desafios da concepção e implantação de um sistema nacional de captura de informações de atendimento em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 869-878.

DECIAN, M.; CAPUTO, E.; STEIN, F.; CARDOZO, P.; LESSA, H.; CARDOSO, R.; DOMINGUES, M.; HALLAL, P. (2017). A produção do conhecimento em Educação Física e suas subáreas: um panorama a partir de periódicos nacionais da área. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 3, p. 261-269.

ESCOREL, S. et al (2007). O Programa de Saúde da Família e a construção de um novo modelo para a atenção básica no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 21, p. 164-176.

FELIPPE, F. M (2003). O peso social da obesidade. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 2, n. 1, p. 1-12.

FERNANDES, M. M.; PENHA, D. S. G.; DE ASSIS, F. (2012). Obesidade infantil em crianças da rede pública de ensino: prevalência e conseqüências para o desempenho físico. **Journal of Physical Education**, v. 23, n. 4, p. 629-634.

FIGUEIREDO, T. A. M.; MACHADO, V. L. T.; ABREU, M. M. S. (2010). A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 397-402.

FRAGA A.B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. (2013). **As práticas corporais no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec.

FRAGA, A.B.; CARVALHO, Y. M. (Org.); GOMES, I.M. (Org.) (2015). **Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação**. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA.

GOMES, I. M. Obesidade como metáfora contemporânea: uma “Cruzada Saudável” em nome do consumo e do risco (2006). **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 12, n. 3, p. 45-71.

GOMES, I. M.; FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M. (2015). Práticas corporais no campo da saúde: contribuições do projeto Políticas de formação em educação física e saúde coletiva [recurso eletrônico]. **Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação [recurso eletrônico]**[S.l: s.n.], Disponível em <http://bdpi.usp.br/single.php?id=002691787>.

GUEDES, D. P. (2011). Programa Academia da Saúde: ação para incrementar a prática de atividade física na população brasileira. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 16, n. 3, p. 184-185.

HEXSEL, R. A.; URBAN, A. E.; BARROS, R. S. M. (2002). Arquitetura do Sistema Cartao Nacional de Saúde. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Informática em Saúde**.

LUDORF, S. M. A. (2002). Panorama da pesquisa em educação física na década de 90: análise dos resumos de dissertações e teses. **Revista da Educação Física / UEM**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 19-25.

KUBOTA, L. C. **Discriminação contra os estudantes obesos e os muito magros nas escolas brasileiras**. IPEA. Texto para discussão 1928. Brasília: IPEA, 2014.

MALTA, D.; CASTRO, A.; CRUZ, D.; GOSH, C. (2012). A PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA ATIVIDADE FÍSICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 13, n. 1, p. 24-27.

MANOEL, E. J.; CARVALHO, Y. M (2011). Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 2. p. 389-406.

MARIANO, M.L.L., MONTEIRO, C.S., PAULA, M.A.B. Cirurgia bariátrica: repercussões na vida laboral do obeso. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n. 2, p. 38-45, 2013.

MARTINS, M. M. T. S. (2009). **A política do Cartão Nacional de Saúde sob a ótica dos usuários do SUS na região metropolitana de João Pessoa e Recife**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB.

MATTOS, R. S.; LUZ, M. T. (2009). Sobrevivendo ao estigma da gordura: um estudo socioantropológico sobre obesidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 489-507.

McKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Como o mundo pode lutar contra a obesidade**. Publicado em 14/11/2014. Disponível em: <https://www.mckinsey.com.br/our-insights/how-the-world-could-better-fight-obesity> Acesso em: 06 agosto 2020.

MEDEIROS, C. R. O.; POSSAS, M. C.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. OBESIDADE E ORGANIZAÇÕES: UMA AGENDA DE PESQUISA. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 24, n. 1, p. 61-84, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.681, de 7 de novembro de 2013. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 2013.

NAHAS, M. V.; GARCIA, L. M. T (2010). Um pouco de história, desenvolvimentos recentes e perspectivas para a pesquisa em atividade física e saúde no Brasil. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 24, n. 1, p. 135-148.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Constitution of the World health organization** (1946). Disponível em <<https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution>>. Acesso em 14 de junho de 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>>. Acesso em 11 de junho de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) (1946). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Nova Iorque.

PALMA, A. et al. Conflitos de interesse na “guerra” contra a obesidade: é possível servir a dois senhores?. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1262-1274, 2014.

PALMA, A. et al (2012). Os “pesos” de ser obeso: traços fascistas no ideário de saúde contemporâneo. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 18, n. 4, p. 99-119.

PUHL, R.; BROWNELL, K. D. Obesity, bias, and discrimination. **Obesity Research** , v. 9, p. 788 – 805, 2001.

REIS, C. P (2009). Obesidade e atividade física. **Revista digital Buenos Aires [Internet]**, v. 13, p. 158, 2009.

RIGO, L.C; SANTOLIN, C.B. (2012). Combate à obesidade: uma análise da legislação brasileira. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 02, p. 279-296.

ROJO, J. R. et al (2018). O discurso da saúde entre corredores: um estudo com participantes experientes da Prova Tiradentes. **Rev Bras Ciênc Esporte**. v. 41, n. 1, p. 66-72.

ROSA, S.; LETA, J. (2011). Tendências atuais da pesquisa brasileira em Educação Física. Parte 2: a heterogeneidade epistemológica nos programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 7-18.

SÁ, G. B. A. R. et al (2016). O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1849-1860.

SANTOLIN, C. B.; RIGO, L. C. (2015). O NASCIMENTO DO DISCURSO PATOLOGIZANTE DA OBESIDADE. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 81-94.

SANTOS, A. L.; DE CARVALHO, A. L.; GARCIA JÚNIOR, J. R. (2008). Obesidade infantil e uma proposta de Educação Física preventiva. **Motriz. Revista de Educação Física. UNESP**, v. 13, n. 3, p. 203-213.

SILVA, L. G.; GUIMARÃES, J. M. C. (2018). Obesidade infantil no contexto escolar: possibilidades de inclusão nas aulas de educação física?. **Revista Intercâmbio**, v. 11, p. 256-256.

SILVA, R. V. S. (1990). **Mestrados em educação física no Brasil: pesquisando suas pesquisas**. Santa Maria, 1990. 251f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SILVA, S. F. (2011). Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2753-2762.

SOARES, C. L. (2004). **Educação Física: raízes europeias**. Autores Associados.

TAVARES, T. B.; NUNES, S. M.; DE OLIVEIRA SANTOS, M. (2010). Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura. **RevMed Minas Gerais**, v. 20, n. 3, p. 359-366.

VASCONCELOS, C. M.; PASCHE, D. F. (2006). O sistema único de saúde. In: **Tratado de saúde coletiva**. 2006. p. 531-562.

VIEIRA, L. S. (2018). **A relação da educação física escolar com a obesidade: uma revisão bibliográfica**. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, UNB.

WILTSHIRE, G. R.; FULLAGAR, Simone; STEVINSON, Clare. Exploring parkrun as a social context for collective health practices: running with and against the moral imperatives of health responsibility. **Sociology of health & illness**, v. 40, n. 1, p. 3-17, 2018.

Peças analisadas:

Amil Saúde. **OBESIDADE Infantil Não**. S. I. 2016. (4 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lxcsxDOYab4>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

Cuecas Mash. **COMO você se sairia em um comercial de cueca?**. S. I. 2018. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PeP_425AoGk>. Acesso em: 08 jun. 2018.

Dove Brasil. **A HISTÓRIA de Jessica #MinhaBelezaMinhaEscolha**. S. I. 2016. (1 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HCiyBkmcFWM>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

Unique 1 Academia. **SEO Barriga**. S. I. 2010. (000 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=29&v=zvvjQO3DGAs>. Acesso em: 08 jun. 2018.